



Estado do Rio Grande do Sul
Câmara Municipal de Salvador do Sul

Ofício nº 019/2017

Salvador do Sul, 09 de Março de 2017.

A Sua Excelência Senhor
Marco Aurélio Eckert
Prefeito Municipal
Salvador do Sul-RS

Assunto: Redação Final ao Projeto de Lei nº 010/2017

Sr. Prefeito,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, servimo-nos do presente, para encaminhar a Vossa Excelência Redação Final ao Projeto de Lei nº 010/17, bem como a Emenda Modificativa de autoria do Vereador Aécio Sozo, apreciados e votados nesta Casa Legislativa em sessão ordinária do dia 06 de março de 2017, aprovados por unanimidade.

Sem mais para o momento, reiteramos votos da mais alta estima e consideração, ao mesmo tempo em que colocamos o Poder Legislativo a sua inteira disposição.

Atenciosamente,

CRISTIAN EUGÊNIO MUXFELDT
Presidente do Legislativo Municipal



Estado do Rio Grande do Sul
Câmara Municipal de Salvador do Sul

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº. 010, DE 07 DE MARÇO DE 2017.

Redação Final do Projeto de Lei do
Executivo nº 010 de 2017.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Salvador do Sul
apresenta a Redação Final do Projeto de Lei do Executivo nº 010, consolidando a
Emenda Aprovada pelo Plenário.

Sala de Sessões da Câmara Municipal de Vereadores de Salvador do Sul,
Estado do Rio Grande do Sul, 07 de março de 2017.

CRISTIAN EUGÊNIO MUXFELDT
Presidente da Câmara Municipal

ROMEU RECKTENWALT
Vice-Presidente

JOAQUIM INÁCIO LUNCKES
1º Secretário

DÉLCIO DARCI SCHERER
2º Secretário



Estado do Rio Grande do Sul
Câmara Municipal de Salvador do Sul

PROJETO DE LEI Nº. 010, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

INCLUI META NA LDO/2017 E A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 264.788,04 (DUZENTOS E SESSENTA E QUATRO MIL SETECENTOS E OITENTA E OITO REAIS E QUATRO CENTAVOS).

Art. 1º - Inclui meta na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2017 e a abertura de Crédito Especial, na Lei Orçamentária Anual de 2017, no valor de **R\$ 264.788,04 (duzentos e sessenta e quatro mil setecentos e oitenta e oito reais e quatro centavos)** no seguinte projeto e respectiva classificação e codificação:

05 - Secretaria Municipal da Educação

05.03 – Gastos Não Computáveis

12 – Educação

362 – Ensino Médio

0103 – Desporto Comunitário

05.03.12.362.0103.1119 – Modernização de Infraestrutura Esportiva SICNV 026519/2015

a) 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações – com recursos do Ministério do Esporte

- recurso 1034- R\$243.750,00

b) 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações – com recursos próprios - R\$ 21.038,04

TOTAL: R\$ 264.788,04

Art. 2º - Servirão de recursos para a cobertura do Crédito aberto pelo artigo anterior:

I) transferência de recursos financeiros do Governo do Federal – Ministério do Esporte

- recurso 1034 R\$ 243.750,00

II) Superávit financeiro/2016 do recurso livre, no valor de R\$21.038,04

TOTAL: R\$ 264.788,04

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário;

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SALVADOR DO SUL, 02 de março de 2017.





Município de Salvador do Sul

Estado do Rio Grande do Sul

Ofício nº PMSS094/2017

Salvador do Sul, 02 de março de 2017.

Excelentíssimo Senhor

Vereador CRISTIAN EUGÊNIO MUXFELDT
D.D. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
SALVADOR DO SUL/RS

Assunto: Inclui meta na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2017 e a abertura de Crédito Especial, na Lei Orçamentária Anual de 2017, no valor de R\$ 264.788,04

Senhor Presidente:

Dirigimo-nos a essa Colenda Câmara de Vereadores para apresentar o referido Projeto de Lei, uma vez que a Administração Municipal recebeu comunicado do Ministério do Esporte e da Caixa Econômica Federal informando a liberação dos recursos financeiros, que deverão ser aplicados na construção de uma quadra de esportes na Escola Estadual de Ensino Médio São Salvador.

Cabe destacar que este educandário atende 671 alunos, em três turnos, e não possui um espaço adequado para a prática de esporte, lazer e recreação, sendo que esta obra será de grande importância para o desenvolvimento integral do aluno.

Ressaltamos, ainda, que o Município deverá comprovar a inclusão deste projeto na LDO/2017 e na LOA/2017 para a liberação dos recursos, razão pela qual solicitamos que o presente Projeto de Lei seja apreciado em “Regime de Urgência”, para viabilizar a abertura de processo licitatório para a realização da obra.

Na expectativa de contar com o apoio desse Legislativo, na aprovação deste Projeto de Lei, subscrevemo-nos, atenciosamente.

Marco Aurélio Eckert
Prefeito Municipal

PROTOCOLADO	
DATA	02.03.2017
HORA	16h30min
ASS. FUNCIONÁRIO	
Eliete Klein	
Câmara de Vereadores	



Município de Salvador do Sul

Estado do Rio Grande do Sul

PROJETO DE LEI Nº. 010, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

INCLUI META NA LDO/2017 E A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 264.788,04 (DUZENTOS E SESSENTA E QUATRO MIL SETECENTOS E OITENTA E OITO REAIS E QUATRO CENTAVOS).

Art. 1º - Inclui meta na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2017 e a abertura de Crédito Especial, na Lei Orçamentária Anual de 2017, no valor de **R\$ 264.788,04 (duzentos e sessenta e quatro mil setecentos e oitenta e oito reais e quatro centavos)** no seguinte projeto e respectiva classificação e codificação:

05 - Secretaria Municipal da Educação
05.03 – Gastos Não Computáveis
12 – Educação
362 – Ensino Médio
0103 – Desporto Comunitário
05.03.12.362.0103.1119 – Modernização de Infraestrutura Esportiva SICNV 026519/2015
a) 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações – com recursos do Ministério do Esporte
- recurso 1034- R\$243.750,00
b) 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações – com recursos próprios - R\$ 21.038,04
TOTAL: R\$ 264.788,04

Art. 2º - Servirão de recursos para a cobertura do Crédito aberto pelo artigo anterior:
I) transferência de recursos financeiros do Governo do Federal – Ministério do Esporte
- recurso 1034 R\$ 243.750,00
II) Superávit financeiro/2016 do recurso livre, no valor de R\$21.038,04
TOTAL: R\$ 264.788,04

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário;

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SALVADOR DO SUL, 02 de março de 2017.

CÂMARA MUN. DE SALVADOR DO SUL

APROVADO EM 06/03/2017

POR unanimidade

VOTOS FAVORÁVEIS

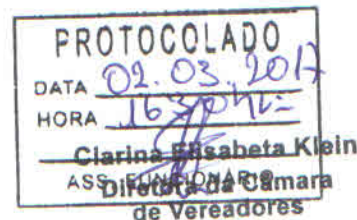
VOTOS CONTRÁRIOS

ABSTENÇÕES.

[assinatura]
PRESIDENTE

[assinatura]
SECRETÁRIO

[assinatura]
MARCO AURÉLIO ECKERT
Prefeito Municipal



MEMORANDO INTERNO Nº 010/2017

De Contabilidade
Para Gabinete do Prefeito

Salvador do Sul, 02 de março de 2017.

Excelentíssimo Senhor
Prefeito MARCO AURÉLIO ECKERT
Prefeito Municipal
SALVADOR DO SUL/RS

Assunto: **Projeto de lei 010/2017- Impacto financeiro**

Conforme artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000 está dispensada a demonstração da estimativa do impacto financeiro no projeto de lei 010/2017 uma vez que esta ação governamental não acarretará em aumento de despesa para o Município.


Solange Schutz Altevogt

Contadora do Município de Salvador do Sul



Estado do Rio Grande do Sul
Câmara Municipal de Salvador do Sul

EMENDA MODIFICATIVA Nº02 AO PROJETO DE LEI Nº 010/2017

O vereador que abaixo subscreve, com assento nesta Casa Legislativa, nos termos do artigo 159 do Regimento Interno, propõe Emenda Modificativa na redação da proposição, sem alterar-lhe a substância:

- 1- Onde se lê Gabinete da Prefeita, leia- se Gabinete do Prefeito.


Aécio Sozo
Vereador PSDB

CÂMARA MUN. DE SALVADOR DO SUL
APROVADO EM 06/08/2017
POR Unanimidade
____ VOTOS FAVORÁVEIS
____ VOTOS CONTRÁRIOS
____ ABSTENÇÕES.
mx J.anches
PRESIDENTE SECRETÁRIO



Estado do Rio Grande do Sul
Câmara Municipal de Salvador do Sul

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS

Parecer Nº 010/17

Projeto de Lei N.º 010/17 – Executivo

Inclui Meta na Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO/2017 e a abertura de Crédito Especial, na Lei Orçamentária Anual de 2017, no valor de R\$264.788,04

A Comissão de Finanças e Orçamentos examinou o projeto em tela, deliberando, por (X) unanimidade () maioria (X) a sua aprovação () a sua rejeição, por entender a matéria perfeitamente constitucional e de conformidade com o interesse público.

SALVADOR DO SUL, 06 DE MARÇO DE 2017

Seguem as assinaturas dos membros da CFO:

Joaquim Inácio Lunckes - Presidente –

Mauricio Roberto de Castro Reginaldo – Relator –

Délcio Darci Scherer – Membro –



Estado do Rio Grande do Sul
Câmara Municipal de Salvador do Sul

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer N° 011/17

Projeto de Lei N.º 010/17 – Executivo

Inclui Meta na Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO/2017 e a abertura de Crédito Especial, na Lei Orçamentária Anual de 2017, no valor de R\$264.788,04

A Comissão de Constituição e Justiça examinou o projeto em tela, deliberando, por (X) unanimidade () maioria (X) a sua aprovação () a sua rejeição, por entender a matéria perfeitamente constitucional e de conformidade com o interesse público.

SALVADOR DO SUL, 06 DE MARÇO DE 2017.

Seguem as assinaturas dos membros da CCJ:

Aécio Sozo - Presidente –

Joaquim Inácio Lunckes – Relator –

Magale Teresinha Petry - Membro -

Porto Alegre, 06 de março de 2017.

Orientação Técnica IGAM nº 6.201/2016.

I. O Poder Executivo Municipal de Salvador do Sul, através da Sra. Roberta Selau, solicita orientação sobre a viabilidade técnica do Projeto de Lei nº 010 de 2017, que visa alterar a Lei Municipal nº 3.278 de 2016, que institui a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2017 e autoriza a abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 264.788,04 (duzentos e sessenta e quatro mil, setecentos e oitenta e oito reais e quatro centavos) no orçamento vigente.

II. A iniciativa para deflagrar o processo legislativo está corretamente exercida, pois pertence ao Executivo Municipal a competência privativa para iniciar os processos, nos termos do art. 165, incisos II e III da Constituição Federal de 1988.

A Portaria-Conjunta STN/SOF nº 02, de 2016, que estabelece o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários, apresenta o seguinte para as ações:

"(...) em programas, a partir dos quais são relacionadas às ações sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação. A cada projeto ou atividade só poderá estar associado um produto, que, quantificado por sua unidade de medida, dará origem à meta."

Verifica-se ainda que a ação apresentada no art. 1º do Projeto em tela, não contempla a Descrição Produto, Unidade de medida, Metas física e valores, situações derivadas da Portaria nº 42, de 1999¹ e apresentadas no anexo da LDO.

Salienta-se que a ação incluída na LDO também deverá ter previsão no Plano Plurianual, conforme determina o art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) para poder ter viabilidade técnica de ser aprovado:

Art. 5º. O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

¹ Art. 2º Para os efeitos da presente Portaria, entendem-se por:

a) Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, **sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual.** (grifo nosso)



Sobre o assunto — alteração da LDO — o IGAM, já se pronunciou em seu Informativo Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Texto 07 – Julho/2015 – A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2016.

IV. No tocante à matéria orçamentária, propriamente dita, verifica-se que o Projeto em tela cumpre os requisitos para abertura de crédito adicional especial, encontrando respaldo no art. 41, inciso II, e art. 43, § 1º, incisos I e II da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Recomenda-se, como forma de o Poder Legislativo ter ciência da existência dos recursos, que seja anexado ao Projeto de Lei, o **demonstrativo que comprove o superávit financeiro do exercício de 2016 por vínculo de recursos**, expressando a diferença positiva entre o saldo dos bancos e os valores a pagar de cada recurso.

Indica-se também que seja anexado também ao Projeto de Lei ora analisado, o comprovante da **existência do excesso de arrecadação por recurso vinculado**, como forma de o Poder Legislativo certificar-se da previsão dos recursos, conforme prevê o art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 2000, pois toda a previsão de receitas deverá demonstrar a metodologia de cálculo. Recorda-se que a ausência destas informações prejudica a análise da Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara, ensejando a inviabilidade desta proposta.

V. Nestes termos, conclui-se pela *viabilidade técnica* do Projeto de Lei nº 10, de 2017, desde que seja verificada a existência da previsão da ação inserida na LDO também no PPA, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 2000 e apresente o demonstrativo que comprove o superávit financeiro e o excesso de arrecadação por vínculo de recursos.

O IGAM permanece à disposição.

Luana Tirado
Assistente Contábil

Daiana Sampaio Maia Vier
Contadora, CRC/RS 077.905/O-2
Consultora do IGAM

**Nº / ANO DA PROPOSTA:**

026519/2015

DADOS DO CONCEDENTE**OBJETO:**

Modernização de infraestrutura esportiva

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a presente solicitação tendo em vista que o Município de Salvador do Sul tem uma única Escola de Ensino Médio, a Escola Estadual de Ensino Médio São Salvador, que está em funcionamento como instituição de ensino há 22 anos. Atualmente, a mesma atende a 671 alunos na educação básica, sendo 295 no ensino fundamental e 376 no ensino médio, mas não possui um espaço adequado para a prática de atividades físicas, de lazer e recreação. A escola trabalha em três turnos (manhã, tarde e noite) e, também, no contra turno, por meio do Programa Mais Educação, com 143 alunos sendo contemplados no momento. A Escola Estadual de Ensino Médio São Salvador tem grande importância para a comunidade de Salvador do Sul, pois absorve nessa modalidade de ensino toda demanda do ensino fundamental da escola como também da rede municipal. O esporte é um importante auxiliar na tarefa de integração social em todas as faixas etárias. Levando este fator em consideração, propomos o projeto em questão onde pleiteamos a modernização de uma quadra de esportes, por meio da sua cobertura, com o objetivo de oferecermos espaços mais adequados para a prática do esporte e do lazer para a população.

FUNDAMENTO LEGAL:

Decreto 6170/07

CONCEDENTE:

51000

NOME DO ÓRGÃO/ÓRGÃO SUBORDINADO OU UG:

MINISTERIO DO ESPORTE

CIDADE:**UF:****CÓDIGO DO MUNICÍPIO:****CEP:****CPF DO RESPONSÁVEL PELO CONCEDENTE:**

49106902553

NOME DO RESPONSÁVEL:

GEORGE HILTON DOS SANTOS CECILIO

ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL PELO CONCEDENTE:

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS BLOCO A.

C.E.P DO RESPONSÁVEL PELO CONCEDENTE:

70054-906

2 - DADOS DO PROPONENTE

PROponente: 87860763000190					
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE: MUNICIPIO DE SALVADOR DO SUL					
ENDEREÇO JURÍDICO DO PROPONENTE: DUQUE DE CAXIAS					
CIDADE: SALVADOR DO SUL	UF: RS	CÓDIGO MUNICÍPIO: 8833	CEP: 95750000	E.A.: Administração Pública Municipal	DDD/TELEFONE: 5136381221
BANCO: 104 - CAIXA ECONOMICA	AGÊNCIA: 0530-4		CONTA CORRENTE: 0066472185		
CPF DO RESPONSÁVEL PELO PROPONENTE: 45917094004			NOME DO RESPONSÁVEL: CARLA MARIA SPECHT		
ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL PELO PROPONENTE: RUA Pe. RÉUS, Nº 25 - BAIRRO CENTRO -					

4 - DADOS DO EXECUTOR/VALORES

VALOR GLOBAL:	R\$ 253.000,00	
VALOR DA CONTRAPARTIDA:	R\$ 9.250,00	
VALOR DOS REPASSES:	Ano	Valor
	2015	R\$ 243.750,00
VALOR DA CONTRAPARTIDA FINANCEIRA:	R\$ 9.250,00	
VALOR DA CONTRAPARTIDA EM BENS E SERVIÇOS:	R\$ 0,00	
VALOR DA RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO:	R\$ 0,00	
INÍCIO DE VIGÊNCIA:	15/12/2015	
FIM DE VIGÊNCIA:	30/06/2017	
VIGÊNCIA DO CONVÊNIO:	2017	

5 - PLANO DE TRABALHO

Meta nº: 1

Especificação: Modernização de infraestrutura esportiva			
UNIDADE DE MEDIDA: UN		QUANTIDADE: 1.0	
Valor: R\$ 253.000,00		Início 15/12/2015	Término Previsto: 30/06/2017
Valor Global: R\$ 253.000,00			
Município:	Sigla UF:	Cód.	CEP:
Endereço:			
Etapas/Fase nº: 1			
Especificação: Modernização e infraestrutura			
Quantidade: 1.0	Valor: R\$ 253.000,00	Início Previsto: 15/12/2015	Término 30/06/2017

6 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO MINISTERIO DO ESPORTE

MÊS DESEMBOLSO: Janeiro	ANO: 2016
META Nº: 1	VALOR DA META:
DESCRIÇÃO: Modernização de infraestrutura esportiva	R\$ 121.875,00
VALOR DO REPASSE: R\$ 121.875,00	PARCELA Nº: 1
MÊS DESEMBOLSO: Fevereiro	ANO: 2016
META Nº: 1	VALOR DA META:
DESCRIÇÃO: Modernização de infraestrutura esportiva	R\$ 73.125,00
VALOR DO REPASSE: R\$ 73.125,00	PARCELA Nº: 2
MÊS DESEMBOLSO: Março	ANO: 2016
META Nº: 1	VALOR DA META:
DESCRIÇÃO: Modernização de infraestrutura esportiva	R\$ 48.750,00
VALOR DO REPASSE: R\$ 48.750,00	PARCELA Nº: 3

7 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO MUNICIPIO DE SALVADOR DO SUL

MÊS DESEMBOLSO: Janeiro	ANO: 2016
META Nº: 1	VALOR DA META:
DESCRIÇÃO: Modernização de infraestrutura esportiva	R\$ 4.625,00
VALOR DO REPASSE: R\$ 4.625,00	PARCELA Nº: 1
MÊS DESEMBOLSO: Fevereiro	ANO: 2016
META Nº: 1	VALOR DA META:
DESCRIÇÃO: Modernização de infraestrutura esportiva	R\$ 2.775,00

VALOR DO REPASSE: R\$ 2.775,00

PARCELA Nº:2

MÊS DESEMBOLSO: Março	ANO: 2016
META Nº: 1 DESCRIÇÃO: Modernização de infraestrutura esportiva	VALOR DA META: R\$ 1.850,00
VALOR DO REPASSE: R\$ 1.850,00	PARCELA Nº:3

8 - PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO

DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO: Modernização de infraestrutura esportiva por meio da cobertura de quadra de esportes junto à Escola Estadual de Ensino Médio São Salvador			
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Convênio		NATUREZA DA DESPESA: 449051	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Rua João Antônio Sehn, 80			
CEP: 95750-000	UF: RS	CÓDIGO DO MUNICÍPIO: 8833	MUNICÍPIO: SALVADOR DO
UNIDADE: un	QUANTIDADE: 1,00	V. UNITÁRIO: R\$ 253.000,00	V.TOTAL: R\$ 253.000,00
OBSERVAÇÃO:			

9 - PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO

NATUREZA DA DESPESA				
Código	Total	Recursos	Contrapartida Bens e Serviços	Rendimento de Aplicação
449051	R\$ 253.000,00	R\$ 253.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL GERAL: R\$ 253.000,00				

10 - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto ao _____ para efeitos e sob as penas da Lei, que inexistem quaisquer débitos em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, que impeça a transferência de recursos oriundos das dotações consignadas nos orçamentos da União, na forma deste plano de trabalho.

Pede Deferimento,

Local e Data

Proponente

11 - APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE DO PLANO DE TRABALHO

Aprovado

Local e Data

Concedente
(Representante legal do Órgão ou Entidade)

12 - ANEXOS

Porto Alegre, 06 de março de 2017.

Orientação Técnica IGAM nº 6.201/2016.

I. O Poder Executivo Municipal de Salvador do Sul, através da Sra. Roberta Selau, solicita orientação sobre a viabilidade técnica do Projeto de Lei nº 010 de 2017, que visa alterar a Lei Municipal nº 3.278 de 2016, que institui a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2017 e autoriza a abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 264.788,04 (duzentos e sessenta e quatro mil, setecentos e oitenta e oito reais e quatro centavos) no orçamento vigente.

II. A iniciativa para deflagrar o processo legislativo está corretamente exercida, pois pertence ao Executivo Municipal a competência privativa para iniciar os processos, nos termos do art. 165, incisos II e III da Constituição Federal de 1988.

A Portaria-Conjunta STN/SOF nº 02, de 2016, que estabelece o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários, apresenta o seguinte para as ações:

"(...) em programas, a partir dos quais são relacionadas às ações sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação. A cada projeto ou atividade só poderá estar associado um produto, que, quantificado por sua unidade de medida, dará origem à meta."

Verifica-se ainda que a ação apresentada no art. 1º do Projeto em tela, não contempla a Descrição Produto, Unidade de medida, Metas física e valores, situações derivadas da Portaria nº 42, de 1999¹ e apresentadas no anexo da LDO.

Salienta-se que a ação incluída na LDO também deverá ter previsão no Plano Plurianual, conforme determina o art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) para poder ter viabilidade técnica de ser aprovado:

Art. 5º. O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

¹ Art. 2º Para os efeitos da presente Portaria, entendem-se por:

a) Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, **sendo mensurado por indicadores estabelecidos** no plano plurianual. (grifo nosso)

IGAM[®]



Estado do Rio Grande do Sul
Câmara Municipal de Salvador do Sul

Sobre o assunto — alteração da LDO — o IGAM, já se pronunciou em seu Informativo Contabilidade Aplicada ao Setor Público — Texto 07 — Julho/2015 — A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2016.

IV. No tocante à matéria orçamentária, propriamente dita, verifica-se que o Projeto em tela cumpre os requisitos para abertura de crédito adicional especial, encontrando respaldo no art. 41, inciso II, e art. 43, § 1º, incisos I e II da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Recomenda-se, como forma de o Poder Legislativo ter ciência da existência dos recursos, que seja anexado ao Projeto de Lei, o **demonstrativo que comprove o superávit financeiro do exercício de 2016 por vínculo de recursos**, expressando a diferença positiva entre o saldo dos bancos e os valores a pagar de cada recurso.

Indica-se também que seja anexado também ao Projeto de Lei ora analisado, o comprovante da **existência do excesso de arrecadação por recurso vinculado**, como forma de o Poder Legislativo certificar-se da previsão dos recursos, conforme prevê o art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 2000, pois toda a previsão de receitas deverá demonstrar a metodologia de cálculo. Recorda-se que a ausência destas informações prejudica a análise da Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara, ensejando a inviabilidade desta proposta.

V. Nestes termos, conclui-se pela *viabilidade técnica* do Projeto de Lei nº 10, de 2017, desde que seja verificada a existência da previsão da ação inserida na LDO também no PPA, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 2000 e apresente o demonstrativo que comprove o superávit financeiro e o excesso de arrecadação por vínculo de recursos.

O IGAM permanece à disposição.

Luana Tirado
Luana Tirado
Assistente Contábil

Daiana Sampaio Maia Vier
Daiana Sampaio Maia Vier
Contadora, CRC/RS 077.905/O-2
Consultora do IGAM